

ORGS.

Lucélia de Sena
ALVES

Fernanda Gomes e
SOUZA BORGES

Carlos Henrique
SOARES

6
anos
de vigência
do CÓDIGO
DE PROCESSO
de 2015



Conselho Editorial
Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini

Diagramação
Bárbara Rodrigues

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2022, D'Plácido Editora
Copyright © 2022, Os Autores.

São Paulo

Av. Paulista, 2073, loja 120, Conjunto Nacional, Bela Vista – São Paulo - SP, CEP 01311-940

Belo Horizonte

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR | INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

C574 6 anos de vigência do Código de Processo de 2015 / Lucélia de Sena Alves, Fernanda Gomes e Souza Borges, Carlos Henrique Soares (orgs.). - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.
490 p.

ISBN 978-65-5589-572-8

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. 3. Brasil - Código de Processo Civil (2015). I. Alves, Lucélia de Sena. II. Borges, Fernanda Gomes e Souza. III. Título.

CDD: 341.46

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



Rodapé



Sumário

1. O Projeto “Conciliação em Domicílio” do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e sua incompatibilidade com o devido processo constitucional.....11
Lucélia de Sena Alves
Fernanda Gomes e Souza Borges
Luciana Romano Morilas

2. (Des)inteligência artificial e inconstitucionalidade e do juiz-robô.....31
Carlos Henrique Soares

3. Breve estudo comparado entre o direito processual civil brasileiro e o direito processual civil francês.....57
Natália Chernicharo Guimarães

4. COVID-19 e o processo coletivo:
um vírus no sistema.....103
Natália Chernicharo Guimarães
Antônio Aurélio de Souza Viana
Vicente de Paula Maciel Júnior

5. Outras formas de reação, que não o Agravo, podem impedir a estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente? Debate da doutrina e jurisprudência do STJ divergente: Recursos Especiais 1.760.966/SP e 1.797.365/RS.....127
Flávia Pereira Ribeiro
César Augusto Costa Silva
6. “PEC da Relevância”: pontos prováveis de discussão.....145
Ana Flávia Borges Paulino
7. Teoria da causa madura e o duplo grau de jurisdição no Código de Processo Civil de 2015: necessidade de prestação jurisdicional célere.....155
Silvânia Ferreira
Thatiane Ferreira Hilário
8. Jurisdição e precedentes: Toda espécie de jurisdição forma algum tipo de precedente?.....165
Cristiane Saredo Pereira Dias
Marco Antônio Rodrigues
9. Breves reflexões e perplexidades nestes anos de vigência do CPC/2015.....185
Bruno Campos Silva
10. Legitimidade processual dos animais não humanos.....203
Flávia Pereira Hill
Cecília Rodrigues Frutuoso Hildebrand
11. Agravo de instrumento: Mitigação da taxatividade das hipóteses de cabimento em contraposição ao princípio de reserva legal.....233
Helena Freitas
Luciana Morato

12. Teoria da causa madura e a supressão de instância:
Da necessária refutabilidade dos provimentos
jurisdicionais no estado democrático de direito.....251
Gabriela Oliveira Freitas
Paula Rocha Oliveira
13. Planejamento estratégico probatório
a luz da probática..... 271
Victor Fabiano Pedrosa da Silva Vieira
14. Da utilização das técnicas de *Visual Law* em peças
processuais: análise normativa à luz dos primados
da acessibilidade, eficiência e cooperação..... 307
Alana Gabriela Engelmann
Cristiane Iwakura
Juliana Campos de Faria
15. O artigo 8º do Código de Processo Civil,
consequencialismo decisório e sua (in)
compatibilidade com o processo democrático..... 337
Lorena Ribeiro de Carvalho Sousa
Luís Gustavo Reis Mundim
16. O CPC e o princípio da dialeticidade
recursal, na jurisprudência brasileira.....359
Marcelo Miranda Caetano
17. Os reflexos do filtro da relevância para a
admissibilidade dos recursos especiais..... 369
Camila Soares Gonçalves
Jessica de Carvalho Barros
18. Processo estrutural como instrumento adequado
para tutela dos direitos fundamentais.....389
Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz
Sabrina Nunes Borges
Tamara Brant Bambilra

19. Ação probatória autônoma e infiscalidade processual.....411
Vinícius Lott Thibau
20. Os seis anos das medidas executivas atípicas e a efetividade da execução civil no direito brasileiro.....425
Priscila Leal Seifert Viana
Viviane Ramone Tavares
21. Negócios jurídicos processuais e a presunção de vulnerabilidade no processo do trabalho.....461
Cibele Carneiro da Cunha Macedo Santos
Letícia de Andrade Costa
Giselle Picorelli Yacoub Marques
22. A Estabilização da Tutela Antecipada Antecedente: De Procedimento Abreviado ao Procedimento Comum.....477
Camila Victorazzi Martta